



99  
P

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Agravo na Apelação nº 0272549-5 (N.P.U 0001203-40.2005.8.17.1370)**

**Agravante:** Município de Serra Talhada

**Agravado:** Maria de Lourdes Lopes Sobrinho

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

**Relator Substituto:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO NA APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DE ACORDO COM A DATA DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE VERBAS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) RAZOÁVEL À HIPÓTESE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. Assim, consoante a jurisprudência do STJ, *"as normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009"* (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1098892/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2011).
2. No caso concreto, a ação de cobrança originária foi ajuizada em 23/12/1998, tratando-se de cobrança de servidora pública municipal sobre verbas de seu vencimento não pagas, com citação válida em 09/03/1999.
3. Sendo assim, devidamente aplicado pelo juízo de primeira instância o percentual de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, antes da entrada em vigor do art. 1º - F da Lei 9.494/97.
4. Ante a pouca complexidade que a causa exige, tenho que o percentual de 10% (dez por cento) se adéqua à razoabilidade necessária para a fixação dos honorários devidos, salientando que o juiz utilizou da proporcionalidade para fixar o valor da causa como o valor total da execução.
5. No caso em comento, a magistrada, apesar de ter julgado os embargos à execução procedente em parte, entendeu restar configurada a **sucumbência mínima** do embargado e não a sucumbência recíproca, conforme pretende convencer o Município embargante.



100  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

6. Logo, se a parte decaiu minimamente da condenação, que foi reduzida tão somente para aplicar o valor do salário mínimo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para R\$ 112,00 (cento e doze reais), a outra deve arcar com as custas e os honorários advocatícios arbitrados em sua totalidade.
7. Recurso de Agravo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0272549-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em **negar provimento** ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08 de 10 de 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator Substituto



101  
N

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Agravo na Apelação nº 0272549-5 (N.P.U 0001203-40.2005.8.17.1370)**

**Agravante:** Município de Serra Talhada

**Agravado:** Maria de Lourdes Lopes Sobrinho

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

**Relator Substituto:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo na Apelação interposto em face da decisão terminativa que negou provimento ao Apelo, mantendo a sentença que julgou totalmente improcedentes os embargos à execução interpostos pelo Município de Serra Talhada, condenando o embargante ao pagamento de custas, taxa e honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre valor da causa. Deixou de fixar verba de sucumbência à embargada em razão do decaimento em parte mínima do pedido.

Em razões de Agravo, o Município impugna o índice de juros moratórios aplicados à espécie, alegando a incidência dos critérios da poupança, bem como, a compensação, exclusão ou redução dos honorários advocatícios.

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife 08 de 10 de 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

Relator Substituto



102  
PK

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Agravo na Apelação nº 0272549-5 (N.P.U 0001203-40.2005.8.17.1370)**

**Agravante:** Município de Serra Talhada

**Agravado:** Maria de Lourdes Lopes Sobrinho

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

**Relator Substituto:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Cuida-se de Agravo no qual o Município pretende reformar decisão terminativa com relação aos juros de mora e para que seja compensada, excluída ou reduzida a condenação em 10%(dez por cento) de honorários advocatícios sobre o valor da causa.

Com relação aos juros de mora, matéria amplamente discutida no âmbito dos Tribunais, prevaleceu no Superior Tribunal de Justiça o entendimento já preconizado pelo Supremo Tribunal Federal de que, em que pese ser matéria de eficácia material, amparada pelo *tempus regit actum*, a lei a ser aplicada dependerá da data de ajuizamento ou citação do réu.

O Recurso Especial nº. 1.205.946/SP, submetido ao procedimento do Recurso Repetitivo, previsto no art. 543-C do CPC, definiu que a Lei nº. 11.960/2006, que trouxe novo regramento para a atualização monetária e para os juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada de imediato, aos processos em andamento sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.

Vejamos:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORADEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO.IMPOSSIBILIDADE.11.9609.4941. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública,independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".11.9601º-F9.4942. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n.*



103  
h

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência. 3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso. 9.4944. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente. 11.9605. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum. 5º 11.9606. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 543-CCPC87 Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada. 543-CCPC1º-F9.4949608. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos. 5º 11.960 (1205946 SP 2010/0136655-6, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 19/10/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 02/02/2012)*

*Assim, consoante a jurisprudência do STJ, "as normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1098892/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2011).*

Esta teoria foi acompanhada por este E. Tribunal de Justiça, conforme se vê abaixo, inclusive, com súmula a respeito:

**TJPE: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - APLICAÇÃO IMEDIATA DAS LEIS DE NATUREZA PROCESSUAL - JUROS DE MORA -**



104  
R

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS - INTELIGÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97 - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME - MANTIDA A DECISÃO IMPUGNADA. 1º-F9.4941-As leis de natureza processual têm aplicação imediata aos processos em curso. 2-Aplicação imediata dos preceitos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, incluído pela Medida Provisória nº 2180-35 de 2001 e alterado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/09, nas condenações à Fazenda Pública. 1º-F9.4945º11.9603-Em caso de condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, os juros de mora incidirão do seguinte modo: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009. 4-Recurso de Agravo Improvido. 5-Decisão Unânime. 1.º-F9.49411.9601.º-F9.49411.960 (2725628 PE 0013054-68.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 31/07/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 143)*

*TJPE: Súmula 069. "Na condenação da Fazenda Publica ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano."*

No caso concreto, a ação de cobrança originária foi ajuizada em 23/12/1998, tratando-se de cobrança de servidora pública municipal sobre verbas de seu vencimento não pagas, com citação válida em 09/03/1999.

Sendo assim, devidamente aplicado pelo juízo de primeira instância o percentual de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, antes da entrada em vigor do art. 1º - F da Lei 9.494/97.

No tocante à segunda questão, observa-se que a magistrada, considerando a **sucumbência mínima**, condenou o embargante ao pagamento de custas e honorários advocatícios, sendo estes últimos fixados no montante de 10% sobre o valor da causa.

De certo, os honorários advocatícios sucumbenciais devem espelhar a atividade efetivamente desenvolvida e o seu grau de dificuldade, não podendo ser ínfimo a ponto de



105  
PC

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

resultar em aviltamento do exercício da advocacia, nem tampouco, ser estipulado em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.

Quando relativos a condenações da Fazenda Pública, devem atender ao juízo equitativo do juiz, com fulcro no parágrafo 4º do artigo 20 do CPC, não se restringindo ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) do parágrafo 3º do mesmo dispositivo.

Ante a pouca complexidade que a causa exige, tenho que o percentual de 10% (dez por cento) se adéqua à razoabilidade necessária para a fixação dos honorários devidos, salientando que o juiz utilizou da proporcionalidade para fixar o valor da causa como o valor total da execução.

No caso em comento, a magistrada entendeu restar configurada a **sucumbência mínima** do embargado e não a sucumbência recíproca, conforme pretende convencer o Município embargante.

Logo, se a parte decaiu minimamente da condenação, que foi reduzida tão somente para aplicar o valor do salário mínimo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para R\$ 112,00 (cento e doze reais), a outra deve arcar com as custas e os honorários advocatícios arbitrados em sua totalidade.

Este é o entendimento compartilhado pela jurisprudência nacional:

**STJ: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - FAM. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ANATOCISMO. NÃO-OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA.** 1. As certidões individuais emitidas pelo TJSP confessam a existência e discriminam o montante dos créditos dos servidores relativos ao Fator de Atualização Monetária - FAM, utilizado na correção dos vencimentos pagos em atraso no período de 1989 a 1994. Tendo a Administração admitido a existência de dívida de valor consolidado, os juros moratórios devem incidir, a partir da citação, sobre o montante nominalmente confessado. 2. Se a parte recorrida decaiu em parte mínima do pedido, não há que se falar em ocorrência de sucumbência recíproca, devendo ser mantida a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios. 3. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 911904-SP 2006/0277542-9, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 24/11/2009, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/12/2009)

**TRF 2ª região: EMBARGOS À EXECUÇÃO. REDUÇÃO DA DÍVIDA. PARCELAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSOS EM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS.**



106  
R

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

*SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. 1-A substituição não consubstancia novo crédito tributário e, portanto, a execução deve prosseguir para cobrança do saldo remanescente. No caso, a dívida foi parcelada, sendo certo que a adesão ao programa de parcelamento configura confissão irrevogável e irretratável dos débitos e na conseqüente renúncia ao direito em que se funda a ação, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, nos termos dos artigos 151, VI e 156 do Código Tributário Nacional. 2-A existência de pedido expresso de renúncia ao direito discutido nos autos é condição imprescindível para a extinção do processo com julgamento do mérito por provocação do próprio autor, de modo que, residindo o ato em sua esfera de disponibilidade e interesse, não pode ser admitido tacitamente. Ausente a manifestação expressa do contribuinte quanto à confissão da dívida e renúncia ao direito, extingue-se o feito, sem julgamento do mérito, em razão da ausência de interesse processual superveniente. 3-A redução do quantum exequendo importa na aplicação do disposto no art. 21, parágrafo único, do CPC, que estabelece que, no caso de um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro deverá responder por inteiro pela despesa e honorários, equiparando a perda mínima na causa à vitória total, de modo que sucumbência deve ser suportada exclusivamente pela União Federal. 4-Apelação parcialmente provida. (TRF-2 - AC: 199951086523915 , Relator: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 30/04/2013, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 13/05/2013)*

Pelas razões expostas, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, mantendo todos os termos apreciados na decisão terminativa ora vergastada.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator Substituto